

Notas sobre Sociedade de Controle Contínuo e sobreimplicação

Notes about Continuous Control Society and overimplication

Fabício Martins Pinto

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Contato: fabricio.martipinto@gmail.com.

Ana Lucia Coelho Heckert

Professora Associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Contato: anaheckert@uol.com.br.

RESUMO:

O artigo seguinte propõe uma articulação entre o conceito de sobreimplicação, do campo da Análise Institucional, e de Sociedade de Controle Contínuo, a partir, destacadamente, dos trabalhos do filósofo Gilles Deleuze. Investiga-se, nas formas da sociedade pós II Guerra Mundial, as dimensões de sobreimplicação dos corpos, sua utilidade ao capital e as pistas de resistências nesse cenário. É no contemporâneo que percebemos as recentes tecnologias de controle engendrarem fluxos de participação que culminam em funcionamento sobreimplicado, sendo esse elemento crucial na gestão da vida que se atualiza em tempos neoliberais. Apesar disso, procuramos perceber como modos de vida não deixam de irromper o controle. Com essa proposta de articulação, apresenta-se um texto organizado na forma de quatro notas, cada uma transversal ao assunto, abordando construções teóricas pertinentes ao trabalho, cada nota bastando em alguma medida e simultaneamente complementar às outras. Palavras chave: sobreimplicação, controle contínuo, neoliberalismo.

ABSTRACT:

The following article proposes a link between the concept of overimplication, from the Institutional Analysis, and of Continuous Control Society, from, notably, the work of the philosopher Gilles Deleuze. It investigates, in the forms of post World War II society, the overimplication dimensions of bodies, their usefulness to capital and the clues of resistance in this scenario. It is on the contemporary we perceive the recent control technologies engender flows of participation that culminate in an overimplication operation, being this a crucial element in the management of the life that updates in neoliberal times. Nonetheless, we try to understand how ways of life do not cease to break control. With this proposal of articulation, a text is presented organized in the form of four notes, each one transverse to the subject matter, addressing theoretical constructs pertinent to the work, each one being enough in some measure and simultaneously complementary to the others.

Keywords: overimplication, continuous control, neoliberalism.

PINTO, Fabício Martins; HECKERT, Ana Lucia Coelho (2017). Notas sobre Sociedade de Controle Contínuo e sobreimplicação. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 18, mai-ago, pp. 46-64.

Recebido em 22 de junho de 2017. Confirmado para publicação em 31 de julho de 2017.

Nota 1: das disciplinas ao controle contínuo

Antes mesmo da atenção às miríades do controle de nosso tempo, suas especificidades e distinções diante das formas de outrora, é preciso atentar ao que se entende como Sociedade Disciplinar. Ao remetermos a essa sociedade de esforços disciplinares, tratamos, marcadamente, dos séculos XVIII, XIX, e da primeira metade do século XX — situada, portanto, numa circunstância propriamente Moderna. Nessa empreitada, são imprescindíveis os trabalhos do filósofo Michel Foucault. Na Sociedade Disciplinar, é preciso levar em conta uma tecnologia de poder específica, a saber, o biopoder (Foucault, 2001), que tem como alvo a vida, cativando-a e fazendo viver: mas não a qualquer vida, não de qualquer modo. Essa tecnologia de poder trata de operar numa maneira dupla: dupla, e não dual, visto que uma dimensão não oblitera a outra — ao contrário. De um lado, portanto, percebemos em cena a ortopedia dos corpos pelas disciplinas, que, presentes desde tempos outros, tomariam a partir do século XVII o aspecto de “[...] fórmulas gerais de dominação” (Foucault, 1987:118) e, de outro lado, em aliança, pela biopolítica, governa-se e investe-se nas populações (Foucault, 2001) — ferramentas conceituais que destrincharemos adiante.

Derivando das disciplinas, o poder disciplinar, próprio dessa Sociedade Disciplinar, é aquele que incide sobre os corpos de cada um, esquadrinhando-os, desarticulando-os e recompondo-os, mas não ao léu: as disciplinas, ortopedicamente assim, serviam às exigências do capitalismo industrial (Foucault, 1987). E havendo de incidir o poder disciplinar sobre os corpos individualizados, num funcionamento interligado, sobre a população incidiria a biopolítica. A população surgiu como noção no campo econômico-político pelo século XVIII, quando se faz preciso operar — pelas noções e variáveis estatísticas — a natalidade, a morbidade, os níveis de saúde, o habitat, a longevidade e a mortalidade (Foucault, 2001), investindo-se, regulando-se e controlando-se

a espécie humana, contando com práticas de governo da população por parte do Estado, mas não somente. Falamos de uma tecnologia de poder cujas relações são dispersas, capilares, e as medidas dessa biopolítica, tanto quanto das disciplinas, estariam disseminadas: das austeras as mais benevolentes práticas da sociedade civil.

Em tempos disciplinares, o biopoder incide sobre a vida, num desdobramento duplo em que a disciplina investe o corpo e a biopolítica investe a população. Dessa forma, modelando e fazendo viver o economicamente útil e o politicamente dócil ao capitalismo dessa época. Mais que cercear, o biopoder se exerce e produz. A resultante preferível desse processo de produção que se configura na Sociedade Disciplinar seriam os corpos adestrados para o trabalho e obedientemente fracos para sublevações. O objetivo, ainda que não somente, é capturar as resistências pela empreitada de exaurir esses corpos de suas forças com a ocupação laboral. Num ritmo industrial de capitalismo, contava-se cada vez mais com espaços fechados, restritos, de normas bem definidas, modelando, controlando e condicionando numa lógica de vigilância e punição. Dessa maneira, na Sociedade Disciplinar, era na fábrica, na escola, no quartel, na casa, na prisão, no hospital e no asilo em que se excluía, mas não se restringindo à reclusão: os espaços delimitados empenhavam uma exclusão como via de inclusão — operavam um sequestro. Pelos moldes, se qualificava, normalizava e geria a vida, cada lugar contando com seu conjunto de regras e normas bem definidas, ligando os corpos “[...] aos aparelhos de produção, formação, reformação ou correção de produtores” (Foucault, 1975:114).

Os elementos que destacamos até então dão pistas de uma imagem de sociedade diante da qual marcaremos diferenças e aproximações, a fim de que possamos levantar alguns pontos e problemáticas sobre o que temos sinalizado, a partir de Deleuze (1992), como Sociedade de Controle Contínuo. É válido ressaltar, não obstante, que os fluxos de controle

disciplinares e as tecnologias biopolíticas não se tornam obsoletos. No entanto, mesmo estando presentes as marcas da Sociedade Disciplinar, é notável que na atualidade essas deixem de ser preponderantes, se reformulem e se alternem com o controle contínuo. Isso ocorre sem contradição: entre Sociedade Disciplinar e Sociedade de Controle Contínuo, confirmaremos que antes de haver a sucessão de uma ante a outra, há uma sobreposição, uma combinatória e uma contiguidade. Se esses delineamentos acerca das novas dimensões de controle são possíveis, mostra-se com isso que o projeto moderno ainda é vigente, e que ele não se restringe a um modelo ou possui rígida estabilidade, mas que as tecnologias de poder se refazem incessantemente.

Destacadamente a partir do “Post-scriptum sobre as sociedades de controle” (Deleuze, 1992), atentamo-nos aos redimensionamentos das formas de controle após a II Guerra Mundial, que precipitaria — distinguindo-se do quadro disciplinar que compomos — essa dimensão de um controle contínuo. Evidenciamos, ao fazer da II Guerra Mundial marcante, dois elementos: a efetuação de uma aprimorada arte de governo, formada nos campos de concentração nazistas e soviéticos; e o triunfo do neoliberalismo, emergido no imediato pós-guerra e efetivo a partir da crise da década de 70. De um lado, o campo de concentração nazista, sob o signo da morte, apresentou-se como um dispositivo calcado na sobrevivência, em exercícios de resignação e mesmo de gestão do próprio campo pelos seus inseridos (Passeti, 2011). Doutro, o neoliberalismo trouxe o alto esforço de livre concorrência e autorregulação do mercado, ainda que, para isso, promova uma razoável desregulação. No neoliberalismo, saturando as demandas pelos bens industriais, percebemos a ampliação do setor de serviços destinados à venda, sendo ações o que se objetiva para compra, numa feição gradualmente mais fluida e dispersiva (Anderson, 1995; Alliez e Feher, 1988).

Na Sociedade de Controle Contínuo, entram em crise os espaços fechados, confinantes e permanentes, modeladores, tal como as disciplinas. Isso não significa dizer que tenham findado, mas sim que têm lugar, cada vez mais, os mecanismos de controle ao ar livre, a céu aberto, monitorando e modulando continuamente e interminavelmente as condutas ao longo do tempo (Deleuze, 1992). Em tempos de controle contínuo, o que está em cena são esses fluxos de monitoramento e de modulação das condutas, imbricados a uma ecopolítica como nova arte de governar e governar-se o vivo em função do ambiente (Passetti, 2013).

Esse controle opera em modulações, refazendo-se constantemente a si mesmo, distanciando-se, de determinada maneira, dos moldes ortopédicos e de contornos bem definidos da Sociedade Disciplinar. O controle contínuo não tem mais seu regimento abruptamente quebrado entre a fábrica, a prisão, a escola e a casa. Nesse ritmo, a segmentarização das jornadas passa a diluir-se, ao passo que nunca se termina nada, e a separação “fora” e “dentro” das instituições entra em declínio (Deleuze, 1992; Hardt, 2000). É isso que percebemos quando Michael Hardt nos aponta a crise de uma instituição expoente da Sociedade Disciplinar: a prisão. Na Sociedade de Controle Contínuo, pela crise da prisão, distante de caminhar para a extinção da punição, as lógicas e técnicas punitivas e carcerárias se estendem a outros campos da sociedade. Ademais, nessa trama imbricada entre disciplinas e controle contínuo, o encarceramento em massa e o confinamento coexistem com a flexibilização da pena e as modulações a céu aberto. Se ressaltamos uma crise dos espaços fechados, sem com isso atestar qualquer fim, é na medida em que, “[...] no colapso generalizado, o funcionamento das instituições é, ao mesmo tempo, mais intensivo e mais disseminado. Assim como o capitalismo, quanto mais elas se desregam melhor elas funcionam.” (Hardt, 2000).

É fundamental destacarmos que compõem essa conjuntura capilar do controle contínuo a dimensão do virtual e sua velocidade, os dispositivos

eletrônicos, a difusão de informações, as redes, as relativizações, as jornadas flexíveis, regimes institucionais semiabertos e abertos, a cobrança e o controle entre os pares, a convocação à participação e ao investimento em si mesmo. Paradoxalmente, ao passo que se apresenta essa fluidez no contemporâneo, é marcante, também, a proliferação dos direitos prescritivos, as garantias de direitos que contemplam minorias atreladas ao preceito de tolerância zero, os discursos de ódio, a rigidez de valores e regras, os sectarismos, a devoção, o fortalecimento das identidades, as denúncias e pungentes demandas por punições — que temos já mencionado.

E se, como é destacado, vemos na crise da prisão um esparramar de sua lógica, na mesma marcha pode-se notar a fábrica cedendo lugar a empresa (Deleuze, 1992). Declina o capitalismo alicerçado na energia mecânica do homem máquina, que se acopla ao espaço e ao tempo disciplinar cedendo sua força de trabalho. Vencido o estrito capitalismo fabril de produtividade em série, em que se massificava todo tipo de produção, na racionalidade neoliberal do capitalismo, após a crise da década de 1970, ocorre uma distensão. Também, flexibilizando-se, o capitalismo se desprende do espaço, tende a suprimi-lo em virtude do tempo, e a crise da instituição manicomial, como a fabril, na liquidez da Sociedade de Controle Contínuo, é uma extensão de sua operação além dos muros, admitindo-se as pertinentes reformas. A fábrica, agora como empresa, é permanente ocupação de seus funcionários, compõe interminavelmente o tempo prescindindo de espaço fixo. O capitalismo se estilhaça, diluindo limites do Estado, e prescindido da dimensão “capital trabalho” vemos deslanchar a noção de “capital humano” (Anderson, 1995; Alliez e Feher, 1988; Hardt, 2000; Heckert, 2004; Foucault, 2008; Costa, 2009; Passetti, 2013).

O que sugerimos e temos dito até o momento, ainda que provisoriamente, mesmo que para produzir um campo problemático com o qual se

operar, é o seguinte: as mutações de uma Sociedade Disciplinar a uma Sociedade de Controle Contínuo, e, por decorrência, as reformas das práticas de governo do vivo e da vida. Portanto, partindo de uma tecnologia disciplinar — modelar do corpo — e biopolítica — voltada à população enquanto corpo espécie — para uma tecnologia de controle contínuo de monitoramento — modular das condutas — e ecopolítica — voltada ao ambiente de pertencimento e, nele, em função dele, sua população conformada. Do corpo disciplinarizado, útil e dócil, exaurido pelo trabalho, agora apaziguado pelos fluxos de participação e modulações contínuas.

Nota 2: do boi só se perde o berro

Na Sociedade de Controle Contínuo, mais do que o corpo em que incidem as disciplinas, está em jogo a produção inteligente desses corpos. Na Sociedade de Controle Contínuo, mais do que a população a que se dirige a biopolítica, está em jogo o ambiente, entendido aqui desde os níveis de comunidades locais até os níveis — seguindo o contexto de superconexão — de comunidade planetária e de universo em perpétua expansão. Compondo o capitalismo neoliberal e seus desdobramentos, entra em cena o cidadão monitor, controlador dele mesmo e dos pares, participativo e empreendedor de si: aquele que aprendeu a aprender por si próprio, que é um meio de produção produzido, dotado de habilidades e conhecimento técnico — cidadão como capital humano e prestador de serviços (Costa, 2009; Passetti, 2011).

Na Sociedade de Controle Contínuo, sustentabilidade, empreendedorismo e responsabilidade articulam-se mais ou menos assim: cada um, compondo essas comunidades, do bairro mais miserável ao planeta menos honroso, desde criança, é levado a aprimorar-se, para que possa contribuir na gestão e na construção de um ambiente, capitalisticamente, melhor, servindo à civilidade e à sacralidade do Estado e da propriedade. É preciso, então,

além de compromissado, ser resiliente: ser capaz de responsabilizar-se e adaptar-se às circunstâncias, driblar a vulnerabilidade, prevenir e evitar prejuízos, superar as adversidades de maneira empreendedora e sustentável — eis a recente roupagem, pouco distinta da cultura do castigo (Oliveira, 2012). Pela empreitada de perseguir o éter desse mundo melhor, é culpado o empreendedor de si, fiscalizando e sendo governado em função do seu espaço de pertencimento, tomando a meta de fazer ascender suas comunidades de maneira apaziguada.

Se, de um lado, destacamos que bambeiam lugares fechados e disciplinas, vindo a estabelecer-se o controle modular e contínuo, de outro lado, inseparavelmente, falamos, agora, de uma ecopolítica (Passetti, 2013): a população, alvo da biopolítica, permanece, mas na Sociedade de Controle Contínuo percebemos ser deslocado e ampliado o governo diretamente ao meio, ao ambiente, ao território, ao país, ao planeta e ao universo expansivo. Sendo a comunidade o alvo e o dispositivo, ficam em sua função os corpos e as populações, parceiros no controle e engendrando um governo da população com a população. A panacéia no neoliberalismo é “um mundo melhor” e em prol da comunidade de pertencimento, um corpo é responsável por se fazer inteligente, útil aos propósitos de empreender, participar e fiar essa construção começando pelo seu menor grupo, ambiente ou organização. Em níveis ampliados, nesse projeto de aprimoramento das comunidades, esse corpo inteligente deve ser articulado com o Estado e as organizações internacionais, buscando, como sinônimo de melhora, segurança e seguridade.

Percebemos cada vez menos se tratar de políticas e medidas para a população governada em cada território nacional, e talvez venha a ser cada vez mais comum o inverso: “A ecopolítica, muito menos que disciplina de conhecimento e política governamental específica relacionada ao meio ambiente, mostra-se como nova governamentalização dos ambientes” (Passetti, 2013). Numa época de produção e consumo

de medos, a promessa e o pedido é por segurança para um bairro, um território, um mundo. Segurança para governo dos ambientes do planeta e do planeta como tal. E no ambiente, sua população conformada diante do projeto de comunidade sustentável, de comunidade melhor, de comunidade segura.

O homem máquina da fábrica, no qual incidiam as disciplinas e os esforços biopolíticos a sua população, novamente nos é cabível, quando retomamos que ele assume a feição de empreendedor de si, homem empresa nas empresas da sociedade. Mais que detentor de força, empreendendo-se, é forma de capital humano, conectado, controlado e controlando continuamente, ocupado em tempo integral, trabalhando para além de qualquer limitação espacial e em contínuo aprimoramento, sendo capaz de melhorar e gerir suas comunidades. Na era das informações, que assumem a posição de mercadorias, consumidas e produzidas constantemente por nós, das postagens em redes sociais às consultorias cibernéticas, o tempo não rentável é tempo perdido. Somos integrados à dinâmica do mercado, cada qual com seus produtos, valores de troca e forma de capital: todos devem e podem consumir, de dívidas, dívidas para saldar dívidas, a informações, territórios existenciais e modos de vida.

Na Sociedade de Controle Contínuo, educa-se, escolariza-se, capacita-se, abre-se mão do lazer, trabalha-se, consome-se, endivida-se, atua-se comunitariamente, busca-se por si mesmo, e integra-se às tecnologias e rede informacional de forma produtiva, consumista e consumista de investimento, tudo isso perante uma lógica neoliberal de competição, dissimulada de meritocracia — necessária, certamente, num campo de privatizações e desigualdades naturalizadas (Passeti, 2011). E ainda que tudo aí se encontre encoberto por um clima de benevolência e até solidariedade, aos que correm transviados os projetos de aprimoramentos e inclusões neoliberais, aos que não se pode conformar um mercado

ou aos que minam radicalmente esses projetos, os próprios pares, ciberconectados, fiscais alertas e ativos, não temem em aflorar todo ódio, e exigir a punição, e acionar o aparelho estatal.

De posse do que nos propomos a trabalhar e em aliança com os pensamentos trazidos no texto, o que vemos entrar em cena é o controle contínuo, e daí um corpo útil. Corpo útil que, outrora esquadrinhado, interessa agora por sua energia inteligente como empreendedor de si. Mas também nota-se um corpo docilizado: não só por exaurido em canalizar energia ao trabalho, mas pelos fluxos de participação que, violentamente, ocupam e redimensionam o amor ao lugar de pertencimento em obediência, reduzindo as resistências (Passetti, 2013). Isso não se dá sem o projeto ecopolítico que põe em jogo cada vez mais o governo nos ambientes, incidindo pelos ambientes, e neles sua população habitante atraída a participar de seu meio, sendo cada um responsável por investir em si, vigiar a si e aos outros em prol da comunidade, em função da comunidade, “[...] sabendo-se governar para saber-se governado” (Oliveira, 2006), prezando por pertencer e por fazer funcionarem conformes esses seus espaços de pertencimento, sem admitir, aí, escândalos estruturais.

Sobre esse campo de discussão, lembra-nos Bruno (2009) a passagem de um romance. Diz Juvenal, personagem de *Fazenda Modelo*, ao finalizar um discurso de excelente humor: “— Do boi só se perde o berro — Deu um tapinha no dorso da estátua, acrescentando: — Por isso mesmo é que nesta profícua Fazenda — sorriu — ninguém mais berra.” (Buarque, 1976:74).

Nota 3: sobreimplicados

No escrito “Implicação e Sobreimplicação”, René Lourau (2004a) propõe algumas pontuações sobre o conceito de institucionalização, e é daqui que partiremos. A noção de institucionalização pode ser concebida

como um processo dinâmico, uma luta um tanto dialética entre o instituído e o instituinte. Desse processo dinâmico, de determinada configuração provisória, tem-se uma instituição. Provisória porque essa possível síntese que emerge não perdura, e o embate sempre presente entre instituído e instuinte logo se encarrega de renovar essa instituição. A institucionalização, portanto, é a própria dinâmica que possibilita uma determinada instituição, sem igualar-se ela; a institucionalização é o correr da história (Lourau, 1993). É uma questão de formas e forças. Das partes envolvidas na institucionalização, compondo também uma instituição, temos que se firmam os instituídos, estando ligados ao que se coloca e ao que se formata desse jogo de forças e formas sociais. O instituído, portanto, remete às práticas e discursos que vingam e se instituem — nesse jogo de forças e formas sociais produzidos e históricos — em detrimento de outras. A segunda dimensão desse embate são as forças instituintes: as fagulhas que fazem estranhar uma forma e abrem caminho a outras, em contradição e deslocando os instituídos, viabilizando, nessa dinâmica, o movimento e transformando instituições.

Diante disso, o sujeito, entendido circunstancial, inserido e produzido processualmente nesse campo de embates sociais que se tencionam e se formatam, ocupa posição, que não é quantificável, tampouco boa ou má *a priori*: o sujeito ocupa posição de implicação, estando implicado nesse emaranhado que é a trama da história. “A implicação é um nó de relações”, diz Lourau (2004a). A implicação nos remete imediatamente à posição que se toma nas contingências, aos diversos modos de se relacionar com as instituições, às diferenças nas relações de poder e saber instituídos (Monceau, 2008). Precisamente porque não há a possibilidade de não se estar implicado, será, efetivamente, isto que importa: uma vez não havendo chance de neutralidade nessa trama, como vem a se implicar? Essa, como traremos pouco mais adiante, será uma querela da ordem da análise da implicação.

No mais, no mesmo escrito ao qual temos nos reportado, sedimentando o que se propõe ao falar em implicação, prossegue Lourau, partindo a trabalhar a outro termo contemplado já no título: a sobreimplicação. Por sobreimplicação, depreende-se ser a demasia, o além, o mais, o *plus* que exige certas virtudes e eficácia do sujeito implicado. A princípio, tenhamos a sobreimplicação como da ordem da ideologia, na medida em que seja da ordem da obediência e da conformidade às normas e aos instituídos que convocam ao ativismo. Assim, impedindo-se a análise e o questionamento do nó de relações que se implica.

Quando está em questão o trabalho, por exemplo, a sobreimplicação é “[...] a ideologia normativa do sobretrabalho” (Lourau, 2004a). A sobreimplicação é a crença que gesta a necessidade de sobretrabalhar na medida em que produz a identificação e a afeição do sujeito com o instituído da instituição. Na empresa, a sobreimplicação faz do empregado implicado um acionista ou assaz responsável pelo crescimento do ambiente profissional, que passa a ser propagandeado como gerido coletivamente, ou a apelar para os vínculos afetivos ao se rotular de família, ou ainda, em tempos de fluidez, passa a adotar a instabilidade das posições como maneira de uma mobilização máxima do potencial de trabalho de cada um (Lourau, 2004a). Por instabilidade ou apelo afetivo, além da mais valia em favor do capital, o que se resulta é a submissão a esse modo de funcionamento, a participação crente, confiante e adocedora, e a dificuldade em analisar as implicações (Coimbra e Nascimento, 2004; Rodrigues, 2006).

A sobreimplicação, portanto, se define e diferencia da implicação precisamente na sua parcela ideológica, vindo a ser a implicação tornada inanalísável. A sobreimplicação não comparece, necessariamente, como um conceito marcado pelo quantitativo, mas é, antes, a impossibilidade de analisar a implicação, quer com quantas tarefas se perceba assumido — mesmo porque implicar-se não corresponde a engajar-se. É certo,

no entanto, que ao marcarmos uma dissociação entre sobreimplicação e número de tarefas, não estamos obliterando toda relação entre o trefismo e a sobreimplicação: embora não seja o acúmulo de tarefas o que determinará a sobreimplicação — será a dimensão de devoção e a impossibilidade de análise —, o acúmulo de tarefas e as infindáveis jornadas podem propiciar um cenário inanalísável, visto que esses ocupam um tempo que é demandado pela análise.

Ante o controle contínuo, a sobreimplicação não se restringe a ocupação profissional, como, não obstante, a lógica da empresa, do presídio, da escola e do Estado se esparrama por toda a sociedade. O tempo, independentemente dos espaços fechados, urge, acelera-se no ritmo da cibercultura, do instantâneo, do fluxo, da veloz produtividade na ferocidade mercadológica do capitalismo estilhaçado em que tempo é, mais do que nunca, dinheiro. Acumulam-se as tarefas, as necessidades, as responsabilizações e a produção de urgências traz um sobreativismo sentencioso do empreendedor de si e sua energia inteligente.

O ritmo é de acelerar a vida, se empreender de alguma forma, buscar maior rendimento, e, reciprocamente, agir nas comunidades as quais pertence se responsabilizando por elas, por si mesmo e pela responsabilidade dos pares. Há também de se monitorar, modular e controlar as condutas desviantes da imagem regrada de ambientes sociais sustentáveis, caducos e que não morrem por constantes ajustamentos e aprimoramentos. O que insistimos em evidenciar, em meio ao contexto de acúmulo de tarefas e velocidade, é a dimensão devota, crente, fiel de que o projeto neoliberal marcará o advento de uma era de paz mundial ou de fim da miséria. Para tal, há cada um de implicar-se na melhora e progresso da sua comunidade, empreendendo-se e sendo proativo, mas, sendo na mesma medida devoto, não se promove quaisquer questionamento — e, aqui, deixa-se de tratar de uma implicação para atestarmos que configura-se uma dimensão de sobreimplicação.

No neoliberalismo há a possibilidade de incluir a todos. Promove-se uma necessária identificação aos processos ao qual se sobreimplica. Cada vez mais surgem cidadãos atentos e ativos nessa onda da Sociedade de Controle Contínuo de sobreimplicação, de adensamento dos fluxos de participação social que capturam resistências redimensionando, num jogo prazeroso, amor e atividade à comunidade de pertencimento: responde-se a demanda que se institui, e se faz esquecer qualquer análise da trama a qual se está implicado.

Quase um estribilho: já diz Juvenal, personagem do romance *Fazenda Modelo*, ao finalizar um discurso de excelente humor: “— Do boi só se perde o berro — Deu um tapinha no dorso da estátua, acrescentando: — Por isso mesmo é que nesta profícua Fazenda — sorriu — ninguém mais berra” (Buarque, 1976:74).

Nota 4: amarrações

Prega o cenário contemporâneo: “Implique-se, reimplique-se, sobreimplique-se, mas não analise suas implicações!” (Lourau, 2004a). Em meio à participação contínua, suprime-se o exercício da análise: “o útil ou o necessário para a ética, a pesquisa e a ética da pesquisa não é a implicação [...], mas a análise dessa implicação” (Lourau, 2004a). Sem quaisquer garantias de redenção ou salvação, a análise de implicação faz é destacar e evidenciar o que está instituído, as forças instituintes, o que estamos colocando em funcionamento e a adesão a certas práticas. Se pontuamos que o importante é entender como vem a se implicar, como se faz no nó de relações, é porque é a análise de implicação que faz entender, que faz tomar posse e que faz transformar como se implica. Essa há de ser uma tarefa sempre coletiva, política, e promovida por um analisador.

Veja: a análise faz; a análise age; a análise conjuga o verbo. E se usaremos aqui, pela primeira vez, a palavra “analista”, é justamente

para corroborar com Lourau em dizer que não é o analista que faz a análise: é o analisador que realiza a análise, sendo ele “[...] aquilo que permite revelar a estrutura da instituição, provocá-la, forçá-la a falar” (Lourau, 1975: 284). Não estamos tratando de uma ação analítica deliberada, partida e enunciada de um analista. O analisador dá as pistas da trama institucional que se desconhece, do embate entre instituído e instituinte; como um dispositivo, é uma máquina de fazer ver e fazer falar o que até então não se via ou não se falava (Deleuze, 1990). O analisador é uma situação, uma operação, uma ação, um catalisador não neutro, sempre construído — posto que sempre histórico —, que evidencia e demonstra algum funcionamento da institucionalização. Com isso, destacam-se elementos para serem problematizados e convoca-se a outros posicionamentos. Há, com o analisador, o potencial ético de fazer estranhar e desnaturalizar as normativas e as relações instituídas que compomos e que nos atravessam (Lourau, 2004).

Dessa maneira, numa Sociedade de Controle Contínuo, pelo que viemos dissertando acerca de modulações contínuas e ecopolítica, notamos o regimento fluido nas formas de se gerir a vida. Burroughs (1978) indica os sistemas de controle como necessitados de tempo para que se exerçam, sendo esses repletos de contradições: “De fato, quanto mais completamente hermético e aparentemente bem sucedido é um sistema de controle, mais vulnerável ele se torna” (Burroughs, 1978). E parece-nos que as formações da Sociedade de Controle Contínuo encampam isso muito bem, ao prescindir das modelações em favor das modulações, dissimulando a violência e apaziguando pelos fluxos que convocam à participação.

Aos sistemas de controle, quer seja fluido ou eficaz o quanto seja, no entanto, assentimento se faz presente: as massas não foram enganadas. Caso não haja assentimento, não será mais controle, uma vez que “[...] quando não há mais oposição, o controle é uma proposição sem

sentido” (Burroughs, 1978). Essas considerações nos remetem, de alguma forma, ao que Foucault (2001) propõe como parte da sua analítica das relações de poder — que são correlações de forças. Ainda que marque uma distinção diante da “oposição”, nos afirma que antes mesmo de cercear, o poder produz; e conjuntamente, onde há poder, há resistências. As resistências, nas relações de poder, não se reduzem ao contrariar opositivo, ou à reação. As resistências, nas relações de poder são ativas e não são exteriores, mas a outra parte da relação (Foucault, 2001: 105-108). Assim, ao nos concebermos no cenário neoliberal contemporâneo, de controle contínuo e destacando o governo da vida por uma servil carga de sobreimplicação, temos a pista de que problematizar, de que fazer estranhar essa devoção, seja um processo de perceber-se implicando, e — ainda mais relevante — de tornar possível alguma brecha para a análise dessa implicação. Análise essa que converge com o exercício de entender-se nessa trama das relações de poder.

Portanto, diante disso, fazer análise é problematizar. Algo que não se equipara, necessariamente, com a racionalização de uma conjuntura. Mas sim que se permite diante de um analisador, de um acontecimento e de modos de vida que resistem. Uma ressalva, nesse sentido, é necessária. Partimos dos fluxos de controle, focando, privilegiando e desnudando esse termo das relações de poder. Efeito disso é que pode parece não haver espaço para fuga ou resistência ao controle contínuo — de fato, Burroughs e sua perspectiva de mundo paranoico não são evocados à toa. Mas é preciso dizer: tão certo quanto onde há poder há resistências, a resistência é primeira — e não resultado ou reação. Que isso não soe como muletas, mas que consideremos com isso que só pode-se falar do controle contínuo, descrevê-lo e entendê-lo, e mesmo sua manifestação é condicionada aos focos de resistência. Poderíamos até dizer que o empreendedorismo de si no neoliberalismo é segundo ante as inadequações e desvios dos modos de trabalho, e se há controle

contínuo, é porque persistentemente modos de vida escapam ante os moldes disciplinares. Para a análise, então, uma boa pergunta é: como funcionam modos de vida que, agora, escapam e resistem ao controle contínuo e às modulações?

O exercício de análise tal como pontuamos não será disparada senão com o desdobramento de um analisador, que destaque elementos da situação na própria situação para tratá-los num campo problemático. De tal forma que a questão acima anunciada não é menos que uma pista para analisadores. Assim, em tempos de controle contínuo e sobreimplicação, em que as resistências são cada vez mais capturadas e que se alastra o pedido por restringir a vida em seguridades, talvez nos seja mais que pertinente o contato com modos de vida, ou corpos, ou palavras, ou temporalidades que sejam fortes na medida em que promovam estranhamento, e que se afirmem, e que escapem à tutela, à servidão e à segurança. Modos de vida que sejam fortes na medida em que convoquem a análise, desbastando a dimensão de sobreimplicação, questionando e dando outros rumos a como se implica.

É voltar o corpo sensível o bastante para as situações que colocam, como analisadores, o vigente à prova: situações que embaraçam, que irrompem o que é considerado dado e que desnudam os reis, desnaturalizando, suscitando questionamentos, e daí colocando-os, quiçá, para andarem de quatro. Prudente é promover um certo risco aos instituídos, fazendo lembrar da validade histórica e provisoriedade das formas. Certos de que modos de vida não são focos de resistência por si, ou fora de uma relação, a produção de um corpo que se disponha ao contato com o que faz estranhar é um trabalho político e não individualizado.

Pois é preciso servir-se das organicidades e formas de maneira que não se blinde, contudo, as forças instituintes; servir-se das referências, mas podendo colocá-las em xeque na medida em que se arruíne a segurança. Para tanto, os modos de vida que desconcertam alguns

instituídos, e que levam o controle contínuo ao limite, são pistas para fazer estranhar a nós mesmos, questionando a maneira como nos implicamos na atualidade. Nesse intuito, é como se encontrar com os modos de vida marginais, loucos, crianças, intensos, criminosos, jovens, hackers, desertores, vândalos e anti, que trazem — ainda que sobre a ameaça dessa inclusão à moda neoliberal, e sem prescrições — a possibilidade de berrar, espantar e escandalizar nossas estruturas morais, democráticas, proprietárias, consumistas, aceleradas, reativas, regradas, participativas, medicalizadas, temporais, espaciais, subjetivas, políticas, econômicas e sociais – nada disso dissociável entre si.

Referências bibliográficas:

- ALLIEZ, Eric; FEHER, Michel (1988). “Os Estilhaços do Capital”. In: ALLIEZ, Eric; MICHEL. Feher. *Contratempo: ensaios sobre algumas metamorfoses do capital*. Tradução de M. L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense, pp. 149-214.
- ANDERSON, Perry (1995). “Balanço do neoliberalismo”. In: ANDERSON, Perry et al. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 9-23.
- BRUNO, Mário (2009). “O novo homo economicus (do assujeitamento à servidão efetiva)”. In: *O Marrare* (Online). (Rio de Janeiro), 10, pp. 33-38. Disponível em <http://www.omarrare.uerj.br/numero10/pdfs/mario.pdf>. (Consultado em: 20/08/2015).
- BURROUGHS, William (1978). “The limits of control”. In: *Semitotexte*, 3(02), New York, pp. 38-43.
- BUARQUE, Chico (1976). *Fazenda Modelo: Novela Pecuária*. São Paulo: Círculo do Livro.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças e NASCIMENTO, Maria Lívia do (2004). “Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político?”. Disponível em http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto22.pdf. (Consultado em: 30/06/2015).
- COSTA, S. S. Gadelha (2009). “Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo”. In: *Educação & Realidade*, 34(2), pp. 171-186.
- DELEUZE, Gilles (1992). “Post-scriptum sobre as sociedades de controle”. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pal Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, pp. 219-226.
- _____ (1990). “¿Que és un dispositivo?”. In: DELEUZE, Gilles. *Michel Foucault, filósofo*. Tradução de W. F. Nascimento. Barcelona: Gedisa, p. 155-161. Disponível em www.escolanomade.org (Consultado em: 15/09/2015).
- FOUCAULT, Michel (2001). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhón Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal.
- _____ (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel

Ramalhete. Rio de Janeiro: Vozes.

_____. (1975). *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU.

_____. (2008). “Aula de 14 de março de 1979”. In: FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, pp. 297-328.

HARDT, Michael (2000). “A sociedade mundial de controle”. In: ALLIEZ, E. *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, pp. 357-372. HECKERT, Ana Lúcia Coelho (2004). “Eficiência e Performance”. In: HECKERT, Ana Lúcia Coelho. *Narrativas de resistência: educação e políticas*. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFF, 2004. Tese de Doutorado, pp. 164-211.

LOURAU, René (2004). “Pequeno Manual de Análise Institucional”. In: ALTOÉ, S. (org.). *René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral*. São Paulo: HUCITEC, pp. 122-127.

_____. (2004a). “Implicação e sobreimplicação”. In: ALTOÉ, S. (org.). *René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral*. São Paulo: HUCITEC, pp. 186-198.

_____. (1993). *René Lourau na UERJ: Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ.

_____. (1975). *A análise institucional*. Rio de Janeiro: Vozes.

MONCEAU, Gilles. (2008). “Implicação, sobreimplicação e implicação profissional”. In: *Fractal Rev. Psicol.* 20, pp. 19-26.

OLIVEIRA, Salete (2006). “Anarquismo e abolicionismo penal: uma parceria-força”. Disponível em <http://www.nu-sol.org/agora/pdf/saleteoliveira.pdf>. (Consultado em: 10/07/2015).

_____. (2012). “Política e resiliência - apaziguamentos distendidos”. In: *Revista Ecopolítica*, 4, pp. 105-129.

PASSETTI, Edson (2011). “Governamentalidade e violências”. In: *Currículo sem Fronteiras*, 11, (1), pp.42-53, Jan/Jun 2011.

_____. (2013). “Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica”. In: *Revista Ecopolítica*, 5: jan-abr. São Paulo: PUC-SP.

RODRIGUES, H. D. B. C. (2006). “Os anos de inverno da análise institucional francesa”. In: *Revista do Departamento de Psicologia*, UFF, 18(2), pp. 29-46.